

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.255 - SP (2019/0250972-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**
ADVOGADO : **FÁBIO FRASATO CAIRES - SP124809**
AGRAVADO : **MARIA CONCEICAO QUIRINO DIAS DA SILVA**
ADVOGADO : **ANDRE CASAUT FERRAZZO - SP223046**

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. MORA. NÃO COMPROVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE ENTREGA NO DESTINO. NÃO PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 283 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (AYMORE) propôs ação contra MARIA CONCEIÇÃO QUIRINO DIAS DA SILVA (MARIA), visando à concessão de liminar para apreensão do veículo, objeto do financiamento do contrato de alienação fiduciária firmado entre as partes, considerando que a parte ré se encontra em mora quanto ao pagamento das parcelas vencidas desde a de número 35, de um total de 60.

O Juízo de primeira instância julgou procedente o pedido, por reconhecimento jurídico da parte ré, nos termos do art. 487, III, *a*, do NCPC, e declarou a purgação da mora e integral quitação do contrato de financiamento. Considerando a inviabilidade da devolução do veículo, objeto do contrato, AYMORÉ foi condenada ao pagamento à MARIA do valor equivalente ao *quantum* por ela pago, com atualização monetária e juros legais de mora de 12% (doze por cento) ao ano, ambos a partir da data da prolação da sentença. Em razão da sucumbência recíproca, os honorários advocatícios foram fixados, por equidade, em R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), atualizáveis a partir da prolação da sentença, com juros a partir do trânsito em julgado, cabendo aos patronos de cada parte 50% sobre o aludido valor. Cada parte foi condenada, ainda, ao pagamento de

Superior Tribunal de Justiça

metade das custas e despesas processuais, suspensa a exigibilidade do pagamento dos ônus sucumbenciais, em relação à MARIA, por ser beneficiária da gratuidade processual (e-STJ, fls. 306/311).

O Tribunal de Justiça Bandeirante, de ofício, julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I e IV, § 3º, do NCPC, prejudicado o recurso de apelação de AYMORÉ, com a seguinte ementa:

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – MORA – NÃO COMPROVAÇÃO – Matéria cognoscível de ofício – Art. 485, § 3º, do CPC – Notificação não entregue à devedora por estar ausente do seu domicílio – Desatendimento à Súmula 72 do STJ – Ação extinta sem apreciação do mérito – Art. 485, I e IV, § 3º – Inversão do ônus da sucumbência.
AÇÃO EXTINTA – RECURSO PREJUDICADO (e-STJ, fl. 345).

Os embargos de declaração opostos por AYMORÉ foram rejeitados (e-STJ, fls. 365/368).

Irresignada, AYMORÉ interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 371/375), com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 2º, parágrafo 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ao sustentar (1) que a mora decorre do simples vencimento do prazo para pagamento; e, (2) divergência jurisprudencial.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 392/396).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo inadmitiu o apelo nobre diante (1) da falta de demonstração da vulneração ao dispositivo infraconstitucional arrolado; (2) incidência da Súmula nº 7 desta Corte; e, (3) falta de demonstração da similitude de situações com soluções jurídicas diversas entre os acórdãos paragonado e paradigmas (e-STJ, fls. 397/398).

Nas razões do agravo em recurso especial, AYMORÉ aduziu que (1) não se aplica, ao caso, a Súmula nº 7 do STJ; (2) houve ofensa ao dispositivo infraconstitucional apontado; e, (3) foi demonstrado o dissenso jurisprudencial (e-STJ, fls. 401/404).

A contraminuta ao agravo em recurso especial foi apresentada (e-STJ, fls. 407/410).

Em atendimento ao art. 1.042, § 4º, do NCPC, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve a decisão agravada (e-STJ, fl. 411).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A irresignação não comporta acolhimento.

(1) Da suscitada violação do art. 2º, parágrafo 2º, do Decreto-Lei nº 911/69

O Tribunal Bandeirante, soberano na análise do conteúdo fático-probatório, extinguiu o feito, de ofício, sem resolução de mérito, diante da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, como se pode ver dos trechos extraídos do acórdão impugnado, a seguir transcritos:

*Segundo o art. 485, I e IV, § 3º, do CPC, as matérias referentes aos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo podem ser conhecidas de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não transitado o processo. A notificação extrajudicial providenciada pela autora e que instruiu a petição inicial não tem comprovante de entrega no destino, apenas certidão de que foi expedida (fls. 33/34), sendo que os documentos juntados nos autos do agravo de instrumento nº 2196504-23.2015.8.26.0000 dão conta de que a missiva não foi entregue à devedora por estar “ausente” do domicílio contratual (fls. 205/206). No entanto, **embora a comprovação da mora possa se dar por carta registrada, como aduz a lei, deve ser efetivamente recebida no domicílio do devedor, ainda que não ocorra o recebimento pessoal.** A respeito da constituição em mora nos lindes de ação fundada no DL 911/69, e como pressuposto para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, existe a seguinte diretriz fixada pelo Superior Tribunal de Justiça: “A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.” Forçoso convir, em semelhante conjuntura, que a ação não preenche os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.[...] Desse*

Superior Tribunal de Justiça

modo, extingue-se o processo com fundamento no art. 485, I e IV, § 3º, do CPC, sem resolução do mérito (e-STJ, fls. 347/348 e 350 - sem destaques no original)

Por seu turno, AYMORÉ, nas razões do recurso especial, sustentou que a mora contratual se constitui no momento do inadimplemento, tendo sido enviada a notificação extrajudicial ao endereço da parte recorrida, o que se mostra suficiente para efeito de comprovação da mora e não a sua constituição.

Ou seja, nada mencionou acerca de a notificação extrajudicial providenciada por ela e que instruiu a petição inicial não ter comprovante de entrega no destino, apenas certidão de que foi expedida. E que, a notificação deve ser efetivamente recebida no domicílio do devedor, ainda que não ocorra o recebimento pessoal. Além da ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

De forma que, sem impugnar especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, incide, à espécie, a Súmula nº 283 do STF.

A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. FORÇA MAIOR NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. MULTA CONTRATUAL. INVERSÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 83 DO STJ. PRINCÍPIOS DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL E BOA-FÉ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

5. A ausência de impugnação de fundamento válido e autônomo do acórdão atrai a incidência da Súmula nº 283 do STF.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 929.972/MG, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 13/12/2016, DJe 14/2/2017 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO - ACC. NATUREZA EXTRACONCURSAL. ART. 49, §4º, DA LEI Nº 11.101/2005. SÚMULA Nº 83/STJ. TRANSCURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO. PLANO HOMOLOGADO.

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTOS. SÚMULA Nº 283/STF.DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal - Súmula nº 283/STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.258.939/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 14/3/2017, DJe 20/3/2017 - sem destaque no original)

(2) Do dissenso jurisprudencial

No que se refere ao dissenso jurisprudencial, tem-se que a falta de impugnação de fundamento válido e autônomo do acórdão recorrido inviabiliza o recurso especial também pela alínea *c* do permissivo constitucional, motivo pelo qual resta prejudicado o exame da suscitada divergência jurisprudencial.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de AYMORÉ, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator